

Curso: Adolescentes em Conflito com a Lei

Período: 09, 12 e 16/03

Carga Horária: 24 horas.

Coordenação: Dra. Monica Labuto

Sala: 306

PROGRAMA

AULA 1

Dia 09/03 - das 9h às 12h30m

Procedimento metodológico: As aulas de cada tema serão expositivas dialogadas - com os alunos sentados em círculo - em suas duas horas/aula iniciais e as demais utilizarão métodos ativos para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem.

Disciplina: Direito Penal Juvenil

Tema: As medidas socioeducativas em meio fechado: semiliberdade e internação.

Disciplina: Direito Penal Juvenil

Ementa: Meio fechado. Cabimento. Programas de Privação de Liberdade. Guias de execução. Plano individual de atendimento (PIA). Prazo máximo. Reavaliação. Internação-sanção. Regressão.

Objetivos Específicos: O magistrado será capaz de identificar as diferenças entre a Justiça Juvenil e a Justiça Penal, no que tange a aplicação das medidas em meio fechado, seu início, sua execução e seu término. Avaliará as especificidades das medidas, nos aspectos teórico e prático, assim como suas divergências doutrinárias e jurisprudenciais.

Docente: Dra. Lúcia Gliocche - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito) pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Possui Mestrado em Direito da Cidade pela Universidade Gama Filho. Magistrada no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Juíza de Direito Titular da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca da Capital. Professora da Emerj desde 2000. Não possui curso de Formação de Formadores.

Referências Bibliográficas:

BARROS, Guilherme Freie de Melo. Estatuto da Criança e do Adolescente. Editora Juspodivm. 8ª Edição, 2014.

BATISTA, Karyna. Direito Penal de Adolescentes. Elementos Para Uma Teoria Garantista. Editora Saraiva.

COSTA, Ana Paula Motta. As Garantias Processuais e o Direito Penal Juvenil. Editora Livraria do Advogado. 2005.

FERRANDIN, Mauro. Ato Penal Juvenil: Aplicabilidade dos Princípios e Garantias do Ato Penal. Editora Juruá. 2009.

FULLER, Paulo Henrique Aranda; DEZEM, Guilherme Madeira; MARTINS, Flávio. Estatuto da Criança e do Adolescente. Editora Revista dos Tribunais.

03ª Edição, 2013.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Processo Penal Juvenil. Editora Malheiros. 2006.
JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. Ato Infracional e Direitos Humanos. Editora Servanda. 2014

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos. Editora Saraiva. 7ª Edição, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Editora Forense. 3ª Edição, 2016.

RAMIDOFF, Mário Luiz. SINASE. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Comentários à Lei N. 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Editora Saraiva.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Cunha. Estatuto da Criança e Adolescente Comentado Artigo Por Artigo.

SCHIMIT, Fabiana. Adolescentes Privados de Liberdade. Editora Juruá. 1º edição. 1º reimpressão, 2011.

VOLPI, Mario. O Adolescente e o Ato Infracional

AULA 2

Dia 09/03 - 14h às 17h30

Procedimento metodológico: As aulas de cada tema serão expositivas dialogadas - com os alunos sentados em círculo - em suas duas horas/aula iniciais e as demais utilizarão métodos ativos para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem.

Disciplina: Direito Penal Juvenil

Tema: Remissão extrajudicial e judicial. Medidas socioeducativas em meio aberto.

Ementa: Remissão. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Efeitos. Momento processual. Devido Processo Legal. A relevância da oitiva informal. Remissão e reincidência. As medidas socioeducativas em meio aberto. Aplicação. Guias de execução. Plano individual de atendimento (PIA). Prazo máximo. Reavaliação. Internação-sanção. Regressão. Apresentação de dados estatísticos sobre a remissão.

Objetivos Específicos: O magistrado será capaz de valorar seu verdadeiro papel no modelo da justiça penal especializada e a importância da remissão para o sistema de justiça infanto-juvenil, o que permitirá aplicar uma racionalidade maior no processo de responsabilização penal-juvenil, a fim de somente utilizar o rito tradicional em situações específicas. O estudo do instituto permitirá opinar sobre as garantias processuais do adolescente, a eficácia do processo infracional e a identificação dele como modelo autônomo de responsabilização penal. Ao final da aula, o agente verificará a desnecessidade de adoção do modelo tradicional de apuração de crime (ato infracional), diante da possibilidade aplicação de sanções infracionais, que serão visitadas, em seus aspectos teórico e prático, assim como suas divergências doutrinárias e jurisprudenciais.

Docente: Márcio da Silva Alexandre. Titular da Vara de Atos Infracionais do DF, com experiência de 10 (dez) anos. Pós-graduado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e pelo Instituto de Direito Público Brasileiro

(IDP). Professor da ESMA/DF e Instrutor da Escola Judiciária do TJDF. Não possui curso de Formação de Formadores.

Referências Bibliográficas:

BATISTA, Karyna. Direito Penal de Adolescentes. Elementos Para Uma Teoria Garantista. Editora Saraiva.

LOPES Jr, Aury. Fundamentos do Processo Penal. Introdução Crítica. Editora Saraiva.

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos. Editora Saraiva.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil. Revista dos Tribunais.

SARAIVA, João Batista Costa. Compêndio de Direito Penal Juvenil. Livraria do Advogado.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro. Revista dos Tribunais.

AULA 3

Dia 12/03 - das 9h às 12h30m

Procedimento metodológico: As aulas de cada tema serão expositivas dialogadas - com os alunos sentados em círculo - em suas duas horas/aula iniciais e as demais utilizarão métodos ativos para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem.

Disciplina: Direito Penal

Tema: Os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ementa: Crimes do ECA. Classificação Doutrinária. Sujeito Ativo e Sujeito Passivo. Objeto Jurídico e Bem Juridicamente Protegido. Elemento Subjetivo. Meios de Execução. Modalidades Comissiva e Omissiva. Consumação e Tentativa. Crimes Praticados pela Internet. Meios de Execução. Competência.

Objetivos Específicos: O Magistrado será capaz de identificar as especificidades dos delitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, em cotejo com a legislação extravagante, destacando a evolução na execução dos delitos, por força da tecnologia, com a possibilidade de prática de delitos por variados meios de comunicação, notadamente a Internet.

Docente: Dr. Luís Gustavo Vasques - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Possui Pós-graduação lato sensu em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (PUC-SP). Magistrado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Juiz de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de Queimados. Não possui curso de Formação de Formadores.

Referências Bibliográficas:

BARROS, Guilherme Freie de Melo. Estatuto da Criança e do Adolescente. Editora Juspodivm. 8ª Edição, 2014.

FERRANDIN, Mauro. Ato Penal Juvenil: Aplicabilidade dos Princípios e Garantias do Ato Penal. Editora Juruá. 2009.

WENDT, Emerson; JORGE, Higor Vinicius Nogueira. Crimes Cibernéticos. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.

FULLER, Paulo Henrique Aranda; DEZEM, Guilherme Madeira; MARTINS, Flávio. Estatuto da Criança e do Adolescente. Editora Revista dos Tribunais. 03ª Edição, 2013.

CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. Crimes de informática e seus aspectos processuais. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos. Editora Saraiva. 7ª Edição, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Editora Forense. 3ª Edição, 2016.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Cunha. Estatuto da Criança e Adolescente Comentado Artigo Por Artigo.

Aula 4

Dia 12/3 - 14h às 17h30

Procedimento metodológico: As aulas de cada tema serão expositivas dialogadas - com os alunos sentados em círculo - em suas duas horas/aula iniciais e as demais utilizarão métodos ativos para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem.

Disciplina: Direito Penal Juvenil

Tema: Proposições legislativas de alteração do Direito Infracional. Caminhos, consequências e a possibilidade de utilização de institutos de outros ramos do direito na Justiça Juvenil.

Ementa: Análise das principais propostas legislativas no Congresso Nacional de alteração de ECA e da Lei do Sinase. Redução da Maioridade Penal. Aumento do Prazo de Internação. Aplicação de Medidas Cautelares diversas da internação. Aplicação da Lei no 13257/2016 e Lei 13245/2016. Prazos processuais no direito infracional. Conteúdo Programático: Síntese dos Projetos de Lei no 7.197, de 2002, PL 1938/1999; PL 2511/2000; PL 5673/2009; PL 7391/2010; PL 345/2011; PL 346/2011; PL 347/2011; PL 348/2011; PL 1035/2011; PL 1052/2011; PL 1895/2011; PL 3503/2012; PL 3680/2012; 3844/2012; PL 5425/2013; PL 5454/2013; PL 5524/2013; PL 5561/2013; 6090/2013; PL 1659/2015; PL 2181/2015; PL 2227/2015; PL 1957/2015; 2233/2015; PL 5703/2016; PL 7732/2014; PL 989/2015; PL 2116/2015; 2419/2015; PL 922/2015; PL 1953/2015; PL 2159/2015; PL 4107/2015; 6216/2016; PL 1284/2015; PL 7590/2014; PL 7789/2014; PL 7857/2014; 3 544/2015; PL 1243/2015; PL 1570/2015; PL 8124/2014; PL 192/2015; 387/2015; PL 974/2015; PL 2517/2015; PL 3771/2015; PL 3208/2015; 5704/2016; PL 6581/2016; PL 6510/2016; PL 6500/2016. Aumento do prazo de internação e hipótese. Possibilidade de Aplicação das medidas cautelares do direito penal no direito juvenil. Internação Domiciliar. Aplicação da Lei no 13257/2016 (lei da Primeira Infância) e Lei 13245/2016 (presença de advogado na fase investigativa). Omissões legislativas e entendimentos doutrinários sobre a remissão extrajudicial e suas consequências. Prazos processuais e materiais do ECA com a alteração do novo Código de Processo Civil.

Objetivos Específicos: Verificar e opinar, especialmente com competência infracional, sobre as atuais proposições legislativas que tramitam no

Congresso Nacional, com o propósito de fomentar as discussões sobre o tema, bem como estimular a troca de experiências e conhecimentos que contribuam para a prática da atividade judicante. Assimilar os conceitos necessários ao exercício das suas funções, demonstrando as divergências doutrinárias sobre os institutos do direito infracional, as omissões legislativas atuais e a aplicação de institutos do Direito Penal. Acentuar as diferenças existentes nos prazos processuais do CPC e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Docente: Dr. Daniel Konder de Almeida - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui pós-graduação em Direito Privado e em Direito Público com Ênfase em Direito Constitucional, ambas especializações pela Universidade Cândido Mendes. Magistrado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Membro efetivo da Coordenação de Articulação Judiciária das Varas de Infância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - CEVIJ. Juiz de Direito titular da Vara de Família, Infância, Juventude e Idoso da Comarca de Valença – RJ. Professor da Escola Superior de Administração Judiciária. Não possui curso de Formação de Formadores.

Referências Bibliográficas:

BARROS, Guilherme Freie de Melo. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Editora Juspodivm. 8a Edição, 2014.

COSTA, Ana Paula Motta. AS GARANTIAS PROCESSUAIS E O DIREITO PENAL JUVENIL. Editora Livraria do Advogado. 2005.

FERRANDIN, Mauro. ATO PENAL JUVENIL: APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS DO ATO PENAL. Editora Juruá. 2009.

FULLER, Paulo Henrique Aranda; DEZEM, Guilherme Madeira; MARTINS, Flávio. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Editora Revista dos Tribunais. 03a Edição, 2013.

LIBERATI, Wilson Donizeti. PROCESSO PENAL JUVENIL. Editora Malheiros. 2006.

JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. ATO INFRACIONAL E DIREITOS HUMANOS. Editora Servanda. 2014

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. CURSO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: ASPECTOS TEORICOS E PRÁTICOS. Editora Saraiva. 7a Edição, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMENTADO. Editora Forense. 3a Edição, 2016.

PACELLI, Eugenio. CURSO DE PROCESSO PENAL. Editora atlas. 21a Edição. 2017.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Cunha. ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE COMENTADO ARTIGO POR ARTIGO.

SCHIMIT, Fabiana. Adolescentes Privados de Liberdade. Editora Juruá. 1o edição. 1o reimpressão, 2011.

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/EXPRESSAO-NACIONAL/547791-MUDANCAS-NO-ECA.html>. Acesso em: 25 de novembro de 2017

Aula 5

Dia 16/3 - das 9h às 12h30m

Procedimento metodológico: As aulas de cada tema serão expositivas

dialogadas - com os alunos sentados em círculo - em suas duas horas/aula iniciais e as demais utilizarão métodos ativos para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem.

Disciplina: Direito Sistêmico

Tema: Workshop de Constelações Familiares e Direito Sistêmico na Vara de Infância e Juventude (Infracional): as ordens do amor na prática.

Ementa: As "ordens do amor" - leis sistêmicas naturais que regem os relacionamentos (segundo Bert Hellinger) - pertencimento, precedência e equilíbrio entre casais e entre pais e filhos. A visão sistêmica dos conflitos e da violência. Desordens na família e suas consequências: alcoolismo, drogas, tabagismo, violência e criminalidade. Emaranhamentos sistêmicos que conduzem ao crime e à vitimização. Trazer o amor cego do adolescente à luz. Efeitos sistêmicos dos divórcios, abortos, adoções e formação de novas famílias. Constelação Familiar em casos de conflitos na escola, abuso de álcool e drogas. As ordens da ajuda: leis sistêmicas aplicadas à relação entre profissional e cliente/jurisdicionado. Postura sistêmica para obter eficácia na ajuda a crianças e adolescentes e na aplicação e acompanhamento de medidas socioeducativas;

Objetivos Específicos: Com base em casos práticos apresentados pelos participantes, exercícios vivenciais e constelações o magistrado será capaz de verificar como atuam as ordens sistêmicas nos diversos tipos de relacionamento, com foco principal em questões afetas à Vara de Infância e Juventude - Atos Infracionais, mas abordando também outros aspectos familiares e de infância e juventude, criminais, etc.

Docente: Sami Storch, Juiz de Direito no Estado da Bahia, atualmente em exercício na Comarca de Itabuna. Graduado na Faculdade de Direito da USP, Mestrado em Administração Pública e Governo (EAESP-FGV/SP) e Doutorando em Direito na PUC-SP, com tese em desenvolvimento sobre o tema "Direito Sistêmico: a resolução de conflitos por meio da abordagem sistêmica fenomenológica das constelações familiares". Coursou diversos cursos de formação e treinamentos em Constelações Sistêmicas Familiares e Organizacionais segundo Bert Hellinger, Coordenador e Professor do Curso de Pós-Graduação Hellingerschule de Direito Sistêmico pela Faculdade Innovare. Não possui curso de Formação de Formadores.

Referências Bibliográficas:

Hellinger, Bert. A fonte não precisa perguntar pelo caminho, Editora Atman, 2ª Edição, 2007.

_____. A simetria oculta do Amor, Editora Cultrix, 1ª Edição, 1999.

_____. Lugar para os excluídos, Editora Atman, 1ª Edição, 2006.

_____. O amor do espírito, Editora Atman, 1ª Edição, 2009.

_____. Ordens do Amor, Editora Cultrix, 7ª Edição, 2014.

_____. Ordens da Ajuda, Editora Atman, 1ª Edição, 2015.

Constelação Familiar e Sistêmica segundo Bert Hellinger em <https://iperexo.com/2017/11/23/constelacao-familiar-em-nossa-vida/>

Aula 6

Dia 16/3 - 14h às 17h30

Procedimento metodológico: As aulas de cada tema serão expositivas dialogadas - com os alunos sentados em círculo - em suas duas horas/aula iniciais e as demais utilizarão métodos ativos para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem.

Disciplina: Direito Sistêmico

Tema: Workshop de Constelações Familiares e Direito Sistêmico na Vara de Infância e Juventude (Infracional): as ordens do amor na prática – segunda parte.

Ementa: Efeitos sistêmicos dos divórcios, abortos, adoções e formação de novas famílias. Constelação Familiar em casos de conflitos na escola, abuso de álcool e drogas. As ordens da ajuda: leis sistêmicas aplicadas à relação entre profissional e cliente/jurisdicionado. Postura sistêmica para obter eficácia na ajuda a crianças e adolescentes e na aplicação e acompanhamento de medidas socioeducativas;

Objetivos Específicos: Com base em casos práticos apresentados pelos participantes, exercícios vivenciais e constelações o magistrado será capaz de verificar como atuam as ordens sistêmicas nos diversos tipos de relacionamento, com foco principal em questões afetas à Vara de Infância e Juventude - Atos Infracionais, mas abordando também outros aspectos familiares e de infância e juventude, criminais, etc.

Docente: Sami Storch, Juiz de Direito no Estado da Bahia, atualmente em exercício na Comarca de Itabuna. Graduado na Faculdade de Direito da USP, Mestrado em Administração Pública e Governo (EAESP-FGV/SP) e Doutorando em Direito na PUC-SP, com tese em desenvolvimento sobre o tema "Direito Sistêmico: a resolução de conflitos por meio da abordagem sistêmica fenomenológica das constelações familiares". Coursou diversos cursos de formação e treinamentos em Constelações Sistêmicas Familiares e Organizacionais segundo Bert Hellinger, Coordenador e Professor do Curso de Pós-Graduação Hellingerschule de Direito Sistêmico pela Faculdade Innovare. Não possui curso de Formação de Formadores.

Referências Bibliográficas:

Hellinger, Bert. A fonte não precisa perguntar pelo caminho, Editora Atman, 2ª Edição, 2007.

_____. A simetria oculta do Amor, Editora Cultrix, 1ª Edição, 1999.

_____. Lugar para os excluídos, Editora Atman, 1ª Edição, 2006.

_____. O amor do espírito, Editora Atman, 1ª Edição, 2009.

_____. Ordens do Amor, Editora Cultrix, 7ª Edição, 2014.

_____. Ordens da Ajuda, Editora Atman, 1ª Edição, 2015.

Constelação Familiar e Sistêmica segundo Bert Hellinger em <https://iperoxo.com/2017/11/23/constelacao-familiar-em-nossa-vida/>